

Trabalho de cuidados e produção de
subjetividades femininas: tecendo aná-
lises de políticas sociais destinadas à
maternidade e infância operária da Re-
gião carbonífera de Santa Catarina
(1960-1984)

*Care work and the production of feminine
subjectivities: weaving analyses of social
policies aimed at working-class mother-
hood and poor childhood in the Coal Re-
gion of Santa Catarina (1960-1984)*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i26.53954>

Larissa Mazzucco Bianco

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
<https://orcid.org/0000-0002-4003-8869>
larissamazzucco.psi@gmail.com

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
<https://orcid.org/0000-0003-0884-1923>
giovanasalvaro@unesc.net

Ismael Gonçalves Alves

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
<https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>
iga@unesc.net

Resumo

Com base nos estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, o presente estudo busca problematizar o trabalho de cuidados e a produção de subjetividades femininas em políticas sociais destinadas à maternidade e infância pobre da Região carbonífera de Santa Catarina, no período de 1960-1984, com foco na atuação das irmãs visitadoras sociais, descritas em relatórios da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC). Foram analisados vinte e quatro relatórios, selecionados entre documentos disponíveis no Centro de Memória e Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Ao longo da análise, percebeu-se que as visitas realizadas pelas Irmãs movimentam duas categorias centrais de análise: a relação existente com a construção subjetiva da mulher-mãe, marcada por normas de gênero e pelo trabalho de cuidado, e a conexão estabelecida com a assistência social por meio do trabalho doméstico e da atuação feminina na esfera privada da vida.

Palavras-chave

Subjetividade, Gênero, Maternidade, Políticas sociais, Região Carbonífera de Santa Catarina

Abstract

Based on gender studies and the sexual division of labor, this study seeks to problematize the care work and the production of feminine subjectivities in social policies aimed at motherhood and poor childhood in the Coal Region of Santa Catarina, between 1960 and 1984, with a focus on the work of the visiting sisters described in reports from the Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC). Twenty-four reports were analyzed, selected from documents available at the Centro de Memória e Documentação (CEDOC) of the Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Throughout the analysis, it was observed that the visits carried out by the sisters mobilized two central categories of analysis: the relationship with the subjective construction of the woman-mother, marked by gender norms and by care work, and the connection established with social assistance through domestic labor and female participation in the private sphere of life.

Keywords

Subjectivity, Gender, Motherhood, Social Policy, Coal Region of Santa Catarina

Introdução

Com base nos estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, o presente estudo busca problematizar o trabalho de cuidados e a produção de subjetividades femininas em políticas sociais destinadas à maternidade e infância operária da Região carbonífera de Santa Catarina, no período de 1960-1984, com foco na atuação das irmãs visitadoras sociais, descritas em relatórios da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC). O projeto faz parte de uma pesquisa mais ampla, no âmbito do projeto de base intitulado “Cuidando das famílias pobres: a assistência social materno infantil na região carbonífera catarinense (1930-1980)”, desenvolvido com o apoio financeiro do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que tem como objetivo geral analisar a interação entre os setores público e privado na elaboração e execução de políticas sociais destinadas à maternidade e a infância pobre da Região carbonífera de Santa Catarina (Lauro Müller, Criciúma e Tubarão) entre os anos de 1930 a 1980.

A atividade carbonífera no sul do estado de Santa Catarina apresentou desenvolvimento significativo a partir da década de 1940, constituindo-se como um espaço marcado pela construção de vilas operárias para abrigar os trabalhadores e mantê-los próximos do seu local de trabalho, adentrando a esfera do controle e monitoramento do trabalhador, o que fez com que o ambiente da mina de carvão se prolongasse até o lar, misturando trabalho e vida privada em um só contexto¹. De acordo com Margareth Rago², “muito mais que uma maneira de morar, as vilas representavam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida”, pois, com a construção desses espaços, estabeleceu-se um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os seus espaços de existência, do trabalho ao lazer. É nesse cenário de existências amalgamadas que, por meio do estabelecimento de um contrato de atuação com as irmãs visitadoras, a SATC desenvolveu um serviço de assistência social, o qual envolvia visitas domésticas, decorrente da necessidade de ofertar atividades assistenciais de cuidado direcionadas, especificamente, para mulheres e crianças da região.

1 GOULARTI FILHO, Alcides; RABELO, Giani. “Compaixão pela messe”: Filhas do Divino Zelo e as pedagogias missionárias em ação na vila operária mineração de Içara (SC-Brasil) 1959 a 1968. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 20, n. 3, 2016.

2 RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 177.

Para o estudo, portanto, foram analisadas as relações traçadas entre a visita feita pelas congregadas, e a possibilidade da definição de existências femininas atravessadas por normas de gênero, repetidas e reafirmadas durante as visitas. No sentido de cumprir o que nos propomos, o texto foi organizado em cinco tópicos: apresentação dos procedimentos metodológicos; descrição da Região Carbonífera, como forma de contextualização do local de atuação das irmãs, descrição institucional da SATC e atividades assistenciais realizadas pelas visitadoras sociais; análise temática relacionada ao serviço de puericultura e de assistência social.

Procedimentos metodológicos

O processo de construção do estudo foi realizado em diferentes etapas. Inicialmente, faz-se necessário informar que se trata de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da análise de documentos que integram um acervo histórico específico. A etapa da pesquisa documental foi realizada no acervo do Centro de Memória e Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Para além da pesquisa documental, foi realizado um levantamento de bibliografias que tratam de temáticas pertinentes ao estudo aqui desenvolvido, tais como subjetividade, gênero, cuidado e maternidade, bem como, ensaios referentes ao desenvolvimento socioeconômico da Região Carbonífera de Criciúma/SC.

O estudo bibliográfico foi desenvolvido com o intuito de possibilitar a análise dos documentos identificados no acervo já citado e selecionado, os quais envolvem um total de 25 relatórios técnicos e de registro dos serviços desenvolvidos pela SATC, instituição que realizou atividades assistenciais em municípios da região carbonífera catarinense, atendendo trabalhadores e suas famílias. Os relatórios apresentam um compilado de informações que detalham as atividades desenvolvidas no período de vigência de um ano, com início em 1960 e encerramento em 1984. Nos documentos, foram descritas atividades de puericultura, de assistência social, formações e práticas assistenciais desenvolvidas junto aos trabalhadores do carvão e suas famílias e a realização de cursos profissionalizantes.

Após a leitura detalhada de cada relatório, em conformidade com o objetivo do estudo, foram selecionadas e analisadas atividades de puericultura e de assistência social, ocorridas por meio de visitas aos domicílios das famílias, pelas visitadoras sociais. Em seguida, os documentos que compõem o corpus da pesquisa foram analisados de acordo com os pressupostos do método de pesquisa qualitativa denominado de análise temática³. A análise temática permite o desenvolvimento de estudos que seguem uma ordem de produção, por meio da identificação, análise e relato de padrões – denominados temas – dentro de um grupo de dados. Para isso, o método propõe seis passos que devem ser seguidos: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão, definição e nomeação de temas e, por fim, produção de análise. O conjunto de procedimentos propiciou a construção das categorias centrais em torno da puericultura e da assistência social.

Região carbonífera catarinense: notas históricas acerca do desenvolvimento socioeconômico

A Região Carbonífera Catarinense se constituiu ao longo de um processo de construções e desconstruções de mineradoras, de estruturas voltadas a exploração do carvão e a vida em sociedade na região. Historicamente, a exploração do minério no estado de Santa Catarina data de 1850, em uma região próxima à cidade de Laguna. Em 1861, o Visconde de Barbacena recebeu concessão para explorar e minerar o carvão catarinense. Ainda ao longo da segunda metade do século XIX, outros privilégios de mineração e exploração foram concedidos, porém, a primeira companhia a ser construída foi a inglesa Companhia de Mineração de Carvão Tubarão, em 1883, a qual operou somente por cinco anos antes de ser abandonada⁴.

Ao longo dos anos seguintes, aproximadamente até 1914, a exploração seguiu de forma artesanal, realizada por pequenas iniciativas locais. Foi somente com o advento da Primeira Guerra Mundial que a exploração do minério

3 BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). 2006.

4 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007; GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fabio Farias de. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, n. 40, 2009.

passou a ser organizada de forma mais racional, devido à queda nas importações. Goularti Filho⁵ observou que entre os anos de 1917 e 1922 foram fundadas cinco companhias carboníferas na região: a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), a Companhia Carbonífera Urussanga S.A. (CCU), a Companhia Carbonífera Próspera S.A., a Companhia Ítalo-Brasileira Ltda e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco. Já entre 1930 e 1940, cerca de 40 novas empresas surgiram, muitas de produtores locais e sem grande emprego de mão de obra.

Entre os anos de 1918 e 1944, nove decretos e leis foram desenvolvidos com o objetivo de beneficiar o carvão catarinense. Destacam-se, dentre eles, os decretos 20.089/1931 e 1.828/1937, que obrigam, respectivamente, a utilização de 10 e 20% da produção de carvão nacional. Com a Segunda Grande Guerra, o decreto de número 6.605/1941 reservou para o consumo do país a produção de carvão de Santa Catarina e, em 1942, o decreto 4.613 encampou toda a produção, instituindo como medida de emergência, a entrega obrigatória ao governo federal de todo o carvão nacional, momento no qual acontece o primeiro *boom* do carvão⁶.

A expansão do completo carbonífero seguiu até a crise enfrentada após o final da Segunda Guerra Mundial, momento no qual o governo federal parou de garantir a compra da produção carbonífera, causando assim uma crise de superprodução, visto que as empresas mantiveram o ritmo de produção anterior sem ter, no entanto, para quem vender. A saída encontrada foi que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) garantisse a compra de toda a produção, sem a qual seria impossível a sobrevivência do carvão nacional. Tal crise permaneceu até meados da década de 1950, momento em que ocorreu uma expansão na atividade carbonífera. Esse ritmo de crescimento se manteve até 1986, quando iniciou uma queda vertiginosa da produção⁷.

De acordo com Goularti Filho⁸, “verificam-se dois movimentos de acumulação no setor carbonífero nos anos 1950 e 1960: a subordinação do pequeno ao grande capital e a centralização do capital.” Assim, nesse meio tempo, ocorreu um processo de centralização da produção por empresas de maior porte, que possuíam mais tecnologia para a extração, escolha e transporte do car-

5 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica... Op. Cit.

6 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica... Op. Cit.

7 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica... Op. Cit.

8 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica... Op. Cit., p. 140.

vão. Muitas das pequenas carboníferas, que ainda atuavam de modo artesanal, foram compradas por empresas maiores, o que resultou em doze mineradoras atuando na região no início dos anos de 1970.

Por meio da criação de uma série de políticas estadistas que visavam o desenvolvimento e proteção da produção de carvão nacional, o setor vivenciou uma expansão lenta e contínua até 1973, quando aconteceu o último *boom* do carvão no estado, devido à crise do petróleo. Foi nesse período que se completou a construção do chamado complexo carbonífero catarinense, composto por companhias carboníferas, ferrovia, lavador de carvão, termoelétrica, carboquímica e porto. Dessa forma, a região vivenciou uma grande expansão econômica, com a geração de empregos e o aumento exponencial de trabalhadores atraídos para a atividade mineradora.

A ampliação das ofertas de trabalho no complexo carbonífero catarinense ocasionou crescimento na demanda por força de trabalho local e regional. Assim, famílias de trabalhadores migraram de cidades vizinhas e se instalaram na região. Criciúma, que já era considerada a “Capital Brasileira do Carvão” entre os anos de 1940 a 1950, teve um aumento considerável de sua população, passando de 27.753 para 50.854 habitantes, sendo que entre os maiores municípios catarinenses este foi o segundo em termos de crescimento⁹. Em 1980, a região contava com mais de dez mil trabalhadores atuando na atividade carbonífera, maior número registrado durante todo o período de 1940 a 1980¹⁰.

Para poder abarcar o grande contingente populacional constituído pelos operários e suas famílias, as empresas edificaram vilas operárias¹¹. Tanto as mineradoras privadas quanto as estatais, objetivando atrair e fixar mão de obra que se submetesse às árduas condições de trabalho, ofereceram moradia para os trabalhadores, cobrando-lhes mensalmente um valor “simbólico”¹². É nesse cenário socioeconômico que foi criada a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), da qual falaremos a seguir.

9 GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica... Op. Cit., p. 112.

10 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op. Cit.

11 Para mais leituras sobre o cotidiano das famílias operárias mineiras da Região Carbonífera Catarinense a partir da perspectiva da História da Mulheres, conferir os trabalhos dos historiadores Carlos Renato Carola e Bruno Mandelli.

12 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op. Cit.

Sociedade de assistência aos trabalhadores do carvão (SATC), atividades assistenciais realizadas e as visitadoras sociais

As vilas operárias do complexo carbonífero catarinense não ofereciam boas condições de habitação, convivência e promoção de saúde para os trabalhadores e seus familiares. Ao longo de documentos históricos, como o relatório produzido pelo médico sanitário Francisco Boa Nova Júnior¹³, ficam explicitadas, para além da insalubridade dos espaços domésticos, a alta taxa de mortalidade infantil que assolava a região na década de 1940. O médico afirmou que existia a necessidade da criação de uma unidade assistencial que suprisse as demandas dos trabalhadores da região, especialmente as demandas relacionadas com a proteção à infância e a maternidade. Para Alves¹⁴, nas vilas operárias mineiras da cidade de Criciúma, a mulher-mãe ocupou lugar central entre as preocupações dos empresários do carvão por serem entendidas como as principais cuidadoras das crianças e responsáveis pela reprodução da futura mão-de-obra. Assim, por meio de instituições próprias e ligadas às mineradoras as mães operárias foram alvo de inúmeras ações que buscavam adequá-las a normas de gênero, reforçando seu papel de mãe, esposas e donas-de-casa.

Foi com a criação da SATC, em 02 de maio de 1959, que uma parcela das necessidades de assistência foi parcialmente suprida. A fundação da SATC foi financiada com as contribuições de empresas carboníferas que atuavam na região, juntamente com os recursos provenientes do Plano Nacional do Carvão. Com sede na cidade de Criciúma, a escolha pelo município decorreu de sua posição estratégica como centro financeiro e produtor da Região Carbonífera Catarinense¹⁵.

13 BOA NOVA JUNIOR. Francisco de Paula. Problemas médico-sanitários da indústria carvoeira. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953.

14 ALVES, Ismael Gonçalves. Famílias operárias mineiras e relações de gênero: a construção do feminino através de cursos populares na região carbonífera catarinense (1950-1960). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 21-43, 2010.

15 ALVES, Ismael Gonçalves. (Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região carbonífera catarinense (1920- 1960). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Em seu estatuto, a SATC¹⁶ afirmou a finalidade de “prestar assistência hospitalar em casos clínicos, farmacêutica, dentária, educacional-técnica, habitacional, alimentar, recreativa e outras, aos empregados da indústria extrativa do carvão em Santa Catarina, e aos que exerciam atividades correlatas a mesma indústria e suas famílias.” Secundariamente, a instituição também se responsabilizava pela prestação de auxílio técnico e financeiro, sob sua supervisão, a entidades que prestavam, direta e indiretamente, outras formas de assistência aos trabalhadores da indústria extrativa do carvão em Santa Catarina e aos que exerciam atividades correlatas a referida indústria e suas famílias¹⁷. Conforme Baldessar, Alves e Salvaro¹⁸ a SATC desempenhou um papel central na prestação de assistência social e médica na Região Carbonífera Catarinense. Suas ações visavam controlar e ajustar os corpos dos trabalhadores e suas famílias às demandas da indústria carbonífera, assegurando a manutenção de uma força de trabalho saudável e apta a contribuir com o desenvolvimento local. Nesse cenário, mulheres e crianças assumiam posições de destaque: as mulheres eram vistas como as principais responsáveis pela reprodução, enquanto as crianças eram encaradas como o futuro da nação, necessitando de cuidados desde a infância para se tornarem adultos disciplinados e aptos ao trabalho.

Ao tratar do financiamento e fontes de manutenção da indústria, o texto do estatuto registrou que a SATC era mantida com recursos oriundos da contribuição das empresas carboníferas catarinenses, rendas patrimoniais diversas e subvenção, auxílios e doações. Ainda, de acordo com o estatuto, as carboníferas catarinenses estavam obrigadas a repassar à instituição a taxa de 1% do total de valores arrecadados, incidindo sobre o preço da tonelada do carvão vendido. Esses recursos seriam utilizados para a manutenção e custeio das operações da Sociedade¹⁹.

Conforme descrito por Alves²⁰, no estatuto da SATC constava que os componentes do conselho administrativo eram divididos em três grupos diferentes, todos compostos por pessoas ligadas às atividades exploratórias e regulatórias do carvão, sendo eles representantes das empresas mineradoras –

16 SATC. Estatutos da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão. Criciúma, 1959, p.1

17 SATC. Estatutos da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão. Criciúma, 1959.

18 BALDESSAR, Julia Sabino; ALVES, Ismael Gonçalves; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Rompendo com o ciclo da ignorância?: a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão e o amparo à maternidade e à infância pobre na região carbonífera catarinense. *Estudios Históricos (Rivera)*, v. 28, p. 1-24, 2022

19 SATC. Estatutos da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão. Criciúma, 1959.

20 ALVES, Ismael Gonçalves. (Re)construindo a maternidade... Op Cit.

personificando as demandas da iniciativa privada, membros do Plano do Carvão Nacional – representando interesses do poder público e, por fim, representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão em Santa Catarina, os quais representavam as demandas da sociedade civil e dos próprios beneficiários das atividades desenvolvidas.

Ao longo dos relatórios apresentados pela instituição, pode-se perceber como ocorria a organização e distribuição das atividades desenvolvidas. Foram destacados alguns pontos específicos, como os cursos ofertados aos filhos de mineiros, os quais eram formados para atuar na indústria carbonífera como mão de obra, e as formações femininas, voltadas ao cuidado com o lar, filhos e família. Para que as atividades fossem desenvolvidas, a instituição realizou parcerias com entidades regionais e nacionais. Nos relatórios iniciais da instituição, que datam dos anos de 1961 a 1963, já constavam menções a convênios e parcerias estabelecidas com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com o Serviço Social da Indústria (SESI), respectivamente, para o desenvolvimento dos cursos técnicos a serem ofertados aos filhos dos trabalhadores e com o objetivo de oferecer cursos de formação feminina.

Para além dos cursos de formação, a instituição também descreveu possíveis parceiras com congregações religiosas da Igreja Católica, como forma de oferecer visitas domiciliares às famílias, as quais seriam realizadas pelas irmãs. No relatório do ano de 1961, a instituição apresentou o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nas áreas de assistência:

No seu plano de assistência social estuda a SATC a assistência a infância e cursos de formação feminina, que deverão compreender serviços de puericultura, jardins de infância e assistência às donas de casa, através das irmãs visitadoras, que levarão aos lares dos trabalhadores, os conhecimentos mínimos de higiene do lar, arte culinária, puericultura e enfermagem, melhorando as condições atuais de vida nas concentrações habitacionais das minerações do carvão.²¹

21 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1961. Criciúma, 1962, p. 03-04.

Em outras palavras, a Igreja dispunha de um corpo de profissionais capacitados para atender às populações pobres, enquanto os empresários necessitavam de suporte para os inúmeros trabalhadores sob sua responsabilidade. Essa relação interdependente de interesses encontrou terreno fértil no Complexo Carbonífero por duas razões principais. A primeira está vinculada ao modus operandi do setor de exploração do carvão, que, ao concentrar os trabalhadores em vilas operárias para facilitar os serviços nas minas e garantir maior controle administrativo, transformava esses espaços em alvos acessíveis para a atuação da pastoral católica. A segunda razão foi a rápida aceitação das congregações religiosas femininas entre os operários locais, favorecida pelo tipo de colonização da região, predominantemente europeia, composta por imigrantes italianos, alemães, poloneses e portugueses, cujas tradições estavam profundamente enraizadas no catolicismo romano²². Os relatórios da instituição apresentam os trabalhos desenvolvidos pela assistência social com grande foco no trabalho desempenhado pelas irmãs na oferta de cursos, na formação feminina, nos cuidados referentes à puericultura e trabalho doméstico. No relatório de 1963, por exemplo, apresentaram-se planos para estabelecer um contrato de trabalho com a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, para a estruturação de cursos femininos de cuidados com o lar.

De acordo com Alves e Rabelo²³:

Dedicando-se especialmente à atenção às mães e às crianças, por intermédio de visitas domiciliares, as irmãs iniciaram um processo de intervenção no cotidiano dessas populações visando especialmente à diminuição da mortalidade infantil. Esse trabalho assistencial priorizou a adequação das mulheres e meninas ao espaço doméstico por meio de cursos populares de economia doméstica, arte culinária, prendas domésticas, entre outros, que tendiam a instrumentalizar as mulheres a transformar sua casa em um espaço saudável e propício ao desenvolvimento de uma família sana e ordeira.

Para além da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, diferentes congregações atuaram na região ofertando seus serviços a outras cidades da região carbonífera. Foram atendidas as cidades de Içara, pelas Religi-

22 ALVES, Ismael Gonçalves; RABELO, Giani. Álbum/Relatório das Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência: registros da assistência médico-social na Região Carbonífera Catarinense, 1955-1957. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.29, n.4, out.-dez. 2022,

23 ALVES, Ismael Gonçalves; RABELO, Giani. Álbum/Relatório das Atividades das... Op Cit, p.1068.

osas Missionárias do Divino Zelo, Siderópolis, pelas Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade – ambos contratos firmados em 1968, e Lauro Muller, pelas Religiosas do Instituto Coração de Jesus, conforme contrato firmado em 03 de março de 1969.

As Religiosas do Instituto Coração de Jesus, como mencionado, atuaram na cidade de Lauro Muller por contrato com a SATC a partir de 1969, porém as religiosas já desenvolviam atividades no município há mais tempo. Desde 1953, realizavam atividades assistenciais e educacionais. Rabelo²⁴ fala que “as religiosas, nas comunidades, ministravam aulas de bordado, artesanato, arte culinária, corte e costura, orientavam as famílias quanto à higiene e saúde, coordenavam o coral misto de meninos e meninas e organizavam tardes recreativas às crianças.” Para além dessas atividades, ainda realizavam visitas domiciliares e pequenos atendimentos médicos, como curativos, além da oferta de cursos populares. Ainda, segundo Rabelo²⁵, inicialmente a congregação possuía um convênio com o SESI, que efetuava a remuneração pelo trabalho desenvolvido e supervisionava a realização dos cursos. Posteriormente, o trabalho delas esteve vinculado à SATC e voltou-se para o trabalho de puericultura.

De acordo com os estudos de Rabelo²⁶, as Pequenas Irmãs da Divina Providência chegaram na cidade de Criciúma em 1954, momento no qual instalaram a Casa Assistencial “São José”, na Vila Operária do centro de Rio Maina – atual distrito da cidade de Criciúma. Inicialmente, as irmãs assumiram os serviços ambulatoriais e a revenda de medicamentos para os operários, além de desenvolverem um trabalho junto às famílias dos mineiros, acerca da evangelização, saúde e educação, bem como visitas domiciliares que objetivavam ensinar às mães os primeiros cuidados com os recém-nascidos. A partir de 1964, com o convênio firmado com a SATC, a Casa Assistencial São José passa a ser a sede dos atendimentos ofertados aos mineiros e suas famílias. Foi por meio desse convênio que a congregação passou a atuar em mais de 13 vilas operárias em Criciúma, além de supervisionar o trabalho de outras congregações em mais três cidades, com foco prioritário no trabalho de puericultura, com enfoque principal no acompanhamento de crianças de zero a seis anos.

24 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op Cit., p. 179.

25 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op Cit.

26 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op. Cit.

De acordo com Baldessar, Alves e Salvaro²⁷

O método estabelecido pela SATC para o controle e instrução desta população era exercido através do Serviço de Puericultura da instituição, que através da visitação periódica realizada pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência possibilitava uma relação direta entre as agentes de saúde e as famílias atendidas. O Serviço de Puericultura contava com um plano de ação minucioso direcionado à gestante e à criança, onde todo nascimento de um filho ou filha de mineiro era comunicado imediatamente à SATC, acionando assim a ida de uma irmã visitadora ao domicílio da família a fim de realizar o registro do recém-nascido, avaliando sua condição de saúde pós-parto, e por fim, checando as condições da habitação e ambiente geral.

Ainda segundo Rabelo²⁸, em 1956 as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade chegaram às vilas operárias da cidade de Siderópolis e, inicialmente, dedicaram-se às atividades de limpeza, rouparia e cozinha no seminário, além das atividades de limpeza na paróquia da cidade e da catequese. Com o objetivo de buscar melhores condições para sua atuação, realizaram trabalhos junto aos operários de duas carboníferas que atuavam na cidade no momento, sendo elas a Carbonífera Treviso e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A congregação atuou em parceria com a CSN e promoveu atendimento às crianças no Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida, além de prestar serviços de assistência religiosa, social e sanitária às famílias dos trabalhadores. Para além dos serviços ora mencionados, foi desenvolvido o trabalho de puericultura junto às crianças das famílias residentes na Vila Operária de Fiorita e do centro da cidade, em parceria com as Pequenas Irmãs da Divina Providência²⁹.

Por fim, Rabelo³⁰ (2007) apresenta o trabalho das Filhas do Divino Zelo, que começaram a trabalhar na Vila Operária da Mineração, que se localizava no Distrito de Içara. Nesta vila operária a congregação criou a Casa Assistencial da Mineração, por meio da qual desenvolveram inúmeras atividades assistenciais, a exemplo de aulas de corte e costura, bordado, visitas familiares para observação da higiene, pesagem das crianças, aplicação de vacinas e um intenso trabalho na área de puericultura, realizado com as mulheres e filhos

27 BALDESSAR, Julia Sabino; ALVES, Ismael Gonçalves; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Rompendo com o ciclo da ignorância... Op Cit. p. 10.

28 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op Cit.

29 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op. Cit., p. 221.

30 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op. Cit.

dos mineiros. A partir do convenio firmado com a SATC, as Filhas do Divino Zelo destinaram seu trabalho especificamente ao trabalho de puericultura.

Análise e discussão

O conjunto de documentos analisados se refere aos relatórios desenvolvidos pela SATC e, pela análise temática realizada dos documentos. Conforme procedimento já apresentado no percurso metodológico, foram construídos dois temas centrais, os quais demandam análises detalhadas. O primeiro se intitula puericultura e assistência social, e discute as relações existentes entre o trabalho do serviço de puericultura da SATC e sua relação com a maternidade, através das teorias do cuidado e do gênero; o segundo tema trata das ações voltadas exclusivamente para a assistência social e volta o olhar para a posição feminina na esfera doméstica e privada.

Puericultura, ações de cuidado e instrumentalização da maternidade

As visitas realizadas pelas irmãs das diferentes congregações apresentadas anteriormente, quando direcionavam o foco para a puericultura, objetivavam o cuidado da gestação e do bebê em seus primeiros anos de vida, bem como o seu crescimento saudável. A puericultura, segundo Martins³¹, surge como processo educativo e formativo derivado da especialidade médica pediátrica, e visava “melhorar a saúde e as condições de vida das crianças por meio do aconselhamento e educação das mães, afinal elas eram consideradas, como ainda o são, as responsáveis pela criação dos filhos”. O serviço de puericultura da SATC passou a atuar na região a partir do ano de 1965 e, conforme descrito no relatório de atividades relacionadas ao respectivo ano, era composto por visitas domiciliares desenvolvidas pelas irmãs visitadoras, fichamento das crianças recém-nascidas, orientação às mães sobre alimentação e cuidados higiênicos com o bebê e com a família. Ainda, continha um

31 MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2008, pp. 136-137.

posto de puericultura e desenvolvia campanhas em favor da utilização de água fervida ou filtrada³².

No relatório que data de 1967, o médico pediatra David Luiz Boianovski, responsável pelo serviço de puericultura da referida sociedade assistencial, apontou dados referentes à mortalidade infantil na região carbonífera criciumentense, como forma de identificar a necessidade da instauração do serviço de puericultura para conter os altos índices de mortalidade e possibilitar o crescimento saudável dos filhos de trabalhadores. No relatório, foram apresentados os seguintes dados:

Na América Latina, em 1966, morreram 1500 crianças por dia, ou seja, mais de uma criança por minuto, de fome. O Brasil, sem dúvidas, colaborou para este número desagradável com parcela de peso. O índice de mortalidade infantil no Brasil é superior a 120:1000, o que o coloca entre os líderes mundiais desta macabra ocorrência. Na zona de mineração de carvão de Criciúma, este índice era o mesmo e, além disso, ocorria enorme incidência de desnutrição grave (distrofia).³³

O relatório de 1965 apontava que as visitas domiciliares eram desenvolvidas para matrícula dos recém-nascidos, momento no qual as irmãs visitadoras cadastravam os dados referentes à criança, ao parto, aos antecedentes dos pais, irmãos e parentes da família, além de avaliar as condições de higiene do lar, do enxoval, da habitação das famílias e de seus pertences domésticos. Ainda, nessas oportunidades, eram ministradas, lembradas e recomendadas noções de higiene doméstica e alimentar, orientações sobre amamentação e higiene dos seios das mães que amamentavam, bem como os cuidados necessários e indispensáveis com o recém-nascido³⁴. De acordo com Leal, Salvaro e Alves³⁵ a partir das ações implementadas pela SATC as mulheres emergiram como figuras de destaque, tendo seu papel de reprodutoras valo-

32 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1965. Criciúma, 1966; SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1966. Criciúma, 1967.

33 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1966. Criciúma, 1967, p. 02.

34 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1965. Criciúma, 1966.

35 LEAL, Roberta Adamoli Santin; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ALVES, Ismael Gonçalves. Produção discursiva de gênero em cursos populares mediados pela SATC (1960-1980): disciplina e controle dos corpos das mulheres. Revista Aedos, [S. l.], v. 13, n. 28, 2021.

rizado, o que lhes conferia uma posição de centralidade nos cuidados familiares. A elas foi atribuída a responsabilidade pela formação moral e física dos filhos, que passaram a ser vistos como o futuro da nação e força de trabalho potencial para o capital.

Nesse contexto, percebe-se que o direcionamento das ações desenvolvidas pelas irmãs visitadoras era aos bebês, objetivando seu nascimento e crescimento saudável. Para tanto, observa-se determinada instrumentalização da maternidade, que reafirmava a posição materna de cuidadora das mulheres e de responsável pela sobrevivência do bebê. A instrumentalização da maternidade foi abordada por Martins³⁶:

A elaboração de políticas públicas voltadas para a maternidade e a infância revela um vocabulário capcioso, pois aparentemente o discurso maternalista parece defender os direitos das mulheres. Contudo, não se trata de uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou de uma concepção universalista de direitos, mas sim do enaltecimento da função maternal. O universalismo está ligado à ideia de que todas as mulheres são mães, mesmo aquelas que não dão à luz. Se a maternidade era intrínseca à natureza feminina, como acreditavam os médicos, ela podia ser exercida de fato ou espiritualmente, como é o caso das religiosas e das mulheres solteiras que se dedicavam aos trabalhos assistenciais.

Logo, é por meio da construção da posição mulher-mãe que a medicina tem acesso à criança, seu objeto central de atuação. A mãe é ensinada e instrumentalizada para atuar como responsável pela manutenção da vida da criança, atuando como cuidadora. No que diz respeito à temática do cuidado, cabe fazer referência ao debate proposto por Tronto³⁷:

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades

36 MARTINS, Ana Paula Vosne. História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005, pp. 6-7.

37 TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (ed.). Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 189.

de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham "cuidado com" e as mulheres "cuidem de".

É possível distinguir o "cuidado com" do "cuidar de" de acordo com o objeto do cuidado. O "cuidado com" se refere a objetos menos concretos, partindo de uma percepção mais geral de compromisso; já o "cuidado de" implica o cuidado de um objeto específico, que se configura como o centro daquela atividade de cuidados.³⁸ Percebe-se, então, que o chamado "cuidado de" se faz presente frequentemente nas visitas realizadas pelas irmãs, pois objetivavam ensinar às mães como desempenhar o cuidado de si durante a gestação para que o bebê nascesse saudável, do recém-nascido, do lar, das condições de higiene, da alimentação, da documentação necessária para a criança e, de modo geral, das condições necessárias para sua sobrevivência.

Essas visitas e as atividades de cuidado como atribuição das mulheres estão diretamente marcadas por normas de gênero. De acordo com os pressupostos de Scott³⁹, o gênero é "um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" e "uma forma primária de dar significado às relações de poder".

O gênero, então, configura-se como uma das principais categorias analíticas no que se refere a posicionalidades e atuações femininas, definindo normas e possibilidades de existência a partir de relações de poder. Ao conceituar gênero, Scott⁴⁰ argumenta que "como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados". Os quatro elementos, respectivamente, referem-se às imagens utilizadas como representação da mulher, a conceitos normativos que buscam limitar possibilidades simbólicas, a organizações e instituições sociais e, por fim, às identidades subjetivas.

Ao apresentar o primeiro elemento constitutivo do gênero, Scott⁴¹ refere-se aos símbolos culturais e imagens representativas da figura feminina, apontando, como exemplo, a imagem cristã de Maria, tradicionalmente associada

38 TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados... Op. Cit.

39 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p. 86.

40 SCOTT, Joan. Gênero... Op. Cit., p. 86.

41 SCOTT, Joan. Gênero... Op. Cit.

à luz, pureza e inocência. Tal imagem aparece também nas discussões acerca da maternidade, ao traçar uma conexão entre a maternidade e a “função” feminina de reprodução, como aponta Vazquez⁴²: “essa representação religiosa é fundante para a cultura ocidental do ideal de maternidade e desta forma, foi a figura de Maria que ajudou a consolidar um estereótipo de maternidade e de feminilidade”.

Observa-se uma ligação direta entre normas de gênero e modelos que deram início a construção social do sujeito-mãe, que se expressam em “suas atitudes, sentimentos e até seu ‘desejo de maternidade’ foi paulatinamente sendo construído e controlado, não só pelo campo religioso, mas por diversas áreas das relações sociais”⁴³. Pode-se perceber que existiram diversos dispositivos que atuaram como construtores do sujeito-mãe, o que leva a crer que esse sujeito é fruto de um discurso social, subjetivado a partir de espaços de existências marcadas pela maternidade.

Vazquez⁴⁴ aponta que a politização da maternidade ocorreu devido a necessidade de produzir cidadãos que seriam a “riqueza do Estado”, dessa forma, era fundamental garantir a sobrevivência das crianças. Para que essa sobrevivência fosse assegurada, foi necessário converter cada vez mais mães a se aplicarem nas atividades de cuidado das crianças e dos recém-nascidos, aproximando delas discursos que associavam as palavras “amor” e “materno”, como uma forma de ressaltar “a importância considerável que a mulher passa a assumir dentro da esfera privada da família.”

É nesse contexto que entra em cena a ciência médica, responsável por ensinar às mães o cuidado necessário para manutenção da vida dos filhos, responsabilizando-as pela sobrevivência do bebê e, em certa medida, as culpabilizando pela mortalidade destes. Martins⁴⁵ aponta que a mãe foi considerada a agente responsável pela efetividade das medidas de proteção à criança desenvolvidas pela puericultura, além de serem consideradas responsáveis diretas pelo bem-estar e pelo mal-estar dos filhos. “As mulheres sofreram um processo de culpabilização pelas doenças e pela morte dos filhos, pois segundo os médicos, algumas eram teimosas, ignorantes e apegadas às práticas

42 VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos de produzir as mães: notas sobre a normatização da maternidade. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 7, n. 1, 2014, p. 105.

43 VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos... Op. Cit., p. 106.

44 VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos... Op. Cit., p. 107.

45 MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho” ... Op. Cit.

da medicina popular, fonte de abusos e de erros, segundo a interpretação da medicina clínica.”⁴⁶

Era preciso a criação de um saber científico que estabelecesse uma modalidade de controle apresentada como cuidado dos corpos. É pela valorização da medicina, que se apresenta como um conhecimento indiscutível, que o corpo feminino passa a ser entendido e estudado por meio da sua função reprodutiva, o corpo feminino é representado, então, diretamente por sua biologia. Vazquez⁴⁷ afirma que é por meio do saber médico que a mulher foi transformada em objeto de análise conectado diretamente com seu aparelho reprodutor, sendo este visto não somente como mais uma parte do corpo feminino, mas como um instrumento de continuidade da espécie humana. É da necessidade de que a mulher se torne mãe enquanto condição da continuação da espécie, que sucede a “representação naturalizada da fêmea que entre as primeiras qualidades está a de ser boa mãe e boa esposa.”⁴⁸

Acerca da participação da medicina no processo de construção e instrumentalização da maternidade, cabe mencionar um trecho do relatório técnico da SATC que data de 1967 e apresenta uma análise da efetividade do serviço de puericultura, feita pelo médico responsável:

O serviço de puericultura da SATC exerce um trabalho de orientação como poucos no Brasil. [...] O conhecimento das responsabilidades em relação aos filhos fez com que as mães valorizassem a criança e passassem a compreender melhor a necessidade de limitar o número de filhos, ouvindo com mais atenção os conselhos de planejamento familiar que as Irmãs assistentes do Serviço de Puericultura lhes transmitem. [...] Dentro de duas ou três décadas, nosso serviço pretende adjudicar-se o direito de ter sido o grande responsável pela quantidade excepcional de homens e mulheres altamente capazes que nossa cidade vai possuir, em todos os setores. Por que nós vamos formá-los. Mesmo ante o descrédito e a desvalorização, a indiferença e o despreço dos adultos de hoje.⁴⁹

Percebe-se, então, que o saber médico atuou na região carbonífera – mas não somente nela – como uma ciência que adentrou os espaços domésticos e instituiu formas de cuidado e controle, seja da natalidade, da mortalidade ou do formato de maternidade praticado pelas mulheres que habitavam as vilas

46 MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho” ... Op. Cit., p. 140.

47 VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos... Op. Cit.

48 VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos... Op. Cit., p. 108.

49 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1966. Criciúma, 1967, p. 12.

operárias da região. Vazquez⁵⁰ argumenta que “a medida que o saber médico avançava em termos de novas descobertas sobre o controle de doenças e medidas preventivas, este campo de conhecimento se expandiu para a esfera do privado, ou seja, para a regulamentação da vida familiar.” Ainda, para além de estabelecer os moldes pelos quais a maternidade passou a ser percebida, esse saber atuou diretamente na constituição subjetiva das mulheres-mães, afetada diretamente pela visitação das irmãs, pelos seus ensinamentos e campanhas, entre outras ações que tinham como foco, sobretudo, seus filhos.

Faz-se necessário um parêntese para trazer a concepção de subjetividade adotada no estudo, visto que o conceito é múltiplo e diverso, adentrando diferentes esferas da ciência psicológica. A subjetividade percebida se relaciona àquela construída por práticas discursivas, que se produz na relação entre forças que atravessam o sujeito em jogos de saber/poder com os modos de subjetivação, enquanto “formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si.”⁵¹ É preciso que o sujeito se reconheça como parte da própria norma que o produz, o que torna necessário estudar os mecanismos de sujeição por meio de sua imbricação com os processos de exploração e dominação.

Retornando aos conceitos de “cuidado com” e “cuidado de”, Tronto⁵² afirma que a atividade de cuidado assume posições morais, não pela atividade de cuidado em si, mas pelo reflexo que se projeta “sobre as obrigações sociais atribuídas a quem cuida e sobre quem faz essa atribuição.” Socialmente, o cuidado dos filhos é determinado como responsabilidade materna – produzido e reforçado por ações assistenciais no contexto das vilas operárias – e, caso não cumprido como se espera, a mãe poderia ser moralmente desaprovada e apontada como falha em sua obrigação de cuidar dos filhos.

No que se refere aos resultados apresentados ao longo dos relatórios, os quais contém os números de visitas realizadas e de crianças atendidas, bem como o total de óbitos infantis ao longo dos anos, é possível estabelecer um comparativo entre o documento de 1965 (início do serviço de puericultura) e 1981 (encerramento do serviço de puericultura e assistência social da SATC). Durante o período foram fichadas 14.375 crianças e registrados 90 óbitos, números consideravelmente menores àqueles apontados no início da década de

50 VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos... Op. Cit., p. 110.

51 PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, v. 19, n. 3, 2007, p. 17.

52 TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados... Op. Cit., p. 189.

1960, conforme apresentado anteriormente⁵³. Tais dados permitem analisar que as mulheres-mães se produziram subjetivamente em normas de gênero e responsabilidades relativas ao cuidado, como preconizado em visitas domiciliares e ações realizadas por visitadoras sociais, objetivada na diminuição da mortalidade infantil, quando relacionada com a atuação do serviço de puericultura e das religiosas.

Por fim, cabe ainda mencionar as práticas pedagógicas envolvidas nos processos descritos. As irmãs visitadoras eram formadas por médicos que coordenavam os postos de puericultura e repassavam os conhecimentos às mães, educando-as em relação ao cuidado de si e dos filhos. Essas práticas pedagógicas passam a ser registradas nos relatórios de atuação da SATC, descrevendo os cursos frequentados pelas irmãs e os temas aprendidos. A exemplo disso, o relatório que data de 1973 afirma que “sempre que se oferece oportunidade, as Irmãs do Serviço Social da SATC participam de cursos de treinamento, palestras etc., com a finalidade de atualizar e aperfeiçoar suas técnicas de trabalho”.⁵⁴ O relatório de 1965 registrou que, como parte do procedimento inicial do serviço de puericultura da SATC⁵⁵, “foi ministrado pelo ilustre pediatra, idealizador do plano de assistência aos recém-nascidos, um Curso Teórico e Prático de Puericultura, assistido pelas abnegadas Irmãs que o iriam executar.”

Percebe-se que ocorreu um processo de formação destinado às irmãs e, conseqüentemente, a formação ofertada pelas irmãs às mães. Martins⁵⁶ discorre sobre a tarefa da medicina de educar as mães, buscando transformá-las em aliadas na luta contra a mortalidade infantil. Sabe-se que os efeitos da atividade pedagógica materna contribuíram fortemente para a diminuição das taxas de mortalidade infantil, porém, de acordo com Martins⁵⁷

[...] se voltarmos a atenção para as mães, a maternidade se tornou uma experiência normalizada que passou a exigir dedicação exclusiva e um acúmulo de responsabilidades pelo bem-estar da criança. A pedagogia materna que se consolidou no século XX contribuiu muito para a ansiedade e a insegurança feminina em relação à maternidade ao produzir o mito da mãe perfeita, além

53 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1981. Criciúma, 1981.

54 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1973. Criciúma, 1973, p. 10.

55 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1973. Criciúma, 1973, p. 01.

56 MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho” ... Op. Cit.

57 MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho” ... Op. Cit., p. 153.

da solidão, pois se aparentemente a mãe podia contar com o pediatra e depois com outros especialistas para orientá-la, na realidade a pedagogia materna as isolou na díade mãe-filho.

Retoma-se a questão da instrumentalização e normatização da maternidade, transformando mulheres em mulheres-mães, responsáveis pelo cuidado, subjetivadas a partir de condições de existência atreladas aos âmbitos privado e doméstico. Essas condições de existência são construídas e reproduzem normas de gênero, conforme mencionado anteriormente, e se relacionam com a construção de uma maternidade idealizada e normatizada.

Como sequência da análise, faz-se necessário pensar no papel da visitação voltada aos propósitos da assistência social, os quais diferem daqueles referentes à puericultura, conforme apontado no tópico a seguir.

A assistência social, a mulher-esposa e o trabalho reprodutivo

As atividades de assistência social desenvolvidas pela SATC são mencionadas logo nos relatórios iniciais produzidos pela instituição, a partir do ano de 1961. No relatório de 1962, foi descrito o planejamento de ofertar assistência voltada “às donas de casa, através de irmãs visitadoras, que levarão aos lares dos trabalhadores, os conhecimentos mínimos de higiene do lar, arte culinária, puericultura e enfermagem, melhorando as condições atuais de vida nas concentrações habitacionais das vilas operárias das minerações do carvão.”⁵⁸

À medida que o serviço de puericultura – descrito e analisado no tópico anterior – se estabelece, as atividades da assistência social se diferenciam daquelas desenvolvidas no serviço de puericultura, tendo em consideração que objetivavam outra espécie de funcionamento e de formação ofertada às mulheres. É no relatório de 1965 que os dois serviços são apresentados de forma separada, destacando que o serviço de assistência social da SATC compreendia quatro escopos diferentes de atividades: as visitas domiciliares, o serviço social em grupo, os cursos populares e, por fim, as atividades denominadas

⁵⁸ SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1961. Criciúma, 1962, p. 05.

de “serões litúrgicos”, os quais buscavam elevar o nível cultural e moral da população operária por meio de corais, grupos teatrais e atividades culturais.⁵⁹

No que se refere à visita domiciliar no âmbito do serviço de assistência social, os relatórios o descrevem como um conjunto de atividades

Por meio das quais as irmãs procuram educar, orientar e incentivar os bons princípios de relação doméstica do lar, a necessidade da horta, formação de pecúlio, uso de filtro e água fervida, melhores condições de habitabilidade, uso de utensílios, móveis e higiene do lar, etc., através do que vem melhorando sensivelmente as condições sociais da vida familiar dos operários de nossas minerações. No ano foram registradas 1.497 visitas domiciliares, nos vários setores da atividade de serviço.⁶⁰

Argumenta-se que as visitas realizadas pelas irmãs, no âmbito do serviço social, diferenciam-se daquelas realizadas no serviço de puericultura por objetivarem a construção da mulher-mãe e da mulher-esposa, que precisa se responsabilizar pelo cuidado do marido, da sua alimentação, vestuário, pela manutenção da sua saúde para que estivesse apto ao trabalho nas minas de carvão, para além da responsabilização pelo cuidado da casa, sua limpeza, manutenção e funcionamento, como apontado no relatório de 1974: “na época agitada em que vivemos, o lar deve se constituir num recanto, onde o homem, ao final de sua jornada de trabalho, encontre a paz e a tranquilidade necessárias para refazer suas forças.”⁶¹

Outras intenções objetivadas com as visitas foram registradas nos relatórios dos anos seguintes⁶², e consistiam na “formação moral” para as mulheres, relações humanas, educação dos filhos e *hobby*, adentrando e reafirmando o espaço de controle das formas de existência das famílias e a posição feminina. Dessa forma, retorna-se aos elementos que compõem o conceito de gênero⁶³,

59 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1965. Criciúma, 1966.

60 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1965. Criciúma, 1966, p. 03.

61 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1974. Criciúma, 1974, p. 44.

62 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1968. Criciúma, 1968; SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1969. Criciúma, 1969; SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1971. Criciúma, 1971.

63 SCOTT, Joan. Gênero... Op. Cit.

especificamente, no que corresponde ao papel das instituições e da organização social, na definição e coordenação de sistemas de gênero, a exemplo, do mercado de trabalho, da educação, da economia e do sistema político. No estudo em questão, percebe-se o papel das instituições religiosas e daquelas construídas objetivando os serviços assistenciais, na medida em que a atuação das irmãs visitadoras sociais intensifica o processo de normatização de gênero ao qual as mulheres são sujeitadas.

As posições construídas para as mulheres dentro de seus lares possuíam conexão com o cumprimento de funções que são socialmente vistas como femininas, como principais responsáveis pela construção da vida doméstica e privada. Para uma análise do contexto, recorre-se ao estudo de Hirata e Kergoat⁶⁴, quando evidenciam que mulheres produzem uma grande quantidade de trabalho no interior de seus lares, que é invisibilizado e não considerado como trabalho, mas como mera obrigação em nome da natureza, do amor e do dever materno. A percepção acerca do trabalho doméstico como responsabilidade feminina pode ser atrelada ao que Kergoat⁶⁵ denominou de relações sociais de sexo.

Tais relações sociais possuem uma ligação com o trabalho e com a forma como é organizado, produzindo determinada divisão sexual do trabalho, definida por Hirata e Kergoat⁶⁶, como a forma pela qual o trabalho é socialmente dividido, sendo modulada histórica e socialmente. A divisão sexual do trabalho possui características próprias, sendo fundamental apontar que ocorre uma designação dos homens ao trabalho na esfera produtiva e, para as mulheres, cabe o trabalho reprodutivo, atuando prioritariamente nos espaços domésticos e privados da vida. Ainda, a divisão sexual do trabalho permite que os homens se apropriem das funções com maior valor social adicionado, ocupando cargos políticos, religiosos, militares entre outras carreiras tidas como de maior prestígio.

64 HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (org.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 263-278.

65 KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-72.

66 HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Caderno de Pesquisa, Maranhão, v. 37, n. 102, p.595-609, 2007.

Acerca da divisão sexual do trabalho, são apontados dois princípios organizadores que a sustentam. O primeiro diz da diferenciação entre trabalhos considerados de homens e de mulheres, e o segundo de uma hierarquização e valoração dos trabalhos, sendo os trabalhos femininos aqueles que se localizam na esfera do cuidado – seja do lar, dos afazeres domésticos, dos filhos e marido – e possuem valor social inferior aos masculinos.⁶⁷

O conceito de divisão sexual do trabalho dialoga com os pressupostos ora apresentados por demonstrar – e teorizar – como as existências femininas são atravessadas por questões que se intercalam entre os elementos constitutivos do gênero e as normas sociais, colaborando para a construção de mulheres que se subjetivam como mães e esposas, já que são constantemente lembradas que esse é seu espaço possível, de existência e de atuação.

Percebe-se que as relações criadas pela divisão sexual do trabalho posicionam as mulheres no espaço privado da vida, destinando-as a uma existência normatizada, dentro do espaço do lar, e ocupada por tarefas de cuidado. O cuidado, apesar de partir de diferente teorização, também enclausura mulheres-mães e mulheres-esposas nesse mesmo espaço, o que permite afirmar que a existência feminina é marcada por normas que se encontram e desencontram com o cuidado, com a divisão sexual do trabalho e com a definição do espaço privado da vida como seu único lugar de existência.

Faz-se necessário pontuar que as visitas realizadas pelas irmãs respaldavam um modelo específico de família nuclear, heterossexual, tida como “tradicional”, o que se relaciona com o modelo de organização da vida familiar e profissional descrito por Hirata⁶⁸, quando aponta quatro modelos distintos de organização. O primeiro se refere a um modelo tradicional no qual cabe ao homem o sustento familiar e, à mulher, é conferida a responsabilidade pelo cuidado e pelas atividades domésticas. O segundo modelo é o de conciliação – quando há conciliação das atividades domésticas e do trabalho profissional, já o modelo de parceria refere-se a uma repartição de atividades entre homens e mulheres e, por fim, o modelo de delegação é aquele no qual a mulher delega a outras mulheres os cuidados com o lar e filhos.

Apresentamos os quatro modelos definidos por Hirata devido a questões teóricas, mas sabe-se que o modelo familiar propagado pelas irmãs visitado-

67 KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho... Op. Cit.

68 HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, São Paulo, v. 7, 2015.

ras é o modelo tradicional da época, que responsabiliza mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado. É possível estimar que, em grande medida, as famílias que recebiam as visitas das irmãs reproduziam um modelo de família nuclear, de acordo com os moldes definidos por uma norma social de como uma família deveria ser. Assim, os modos de organização das famílias tendiam a indicar que a divisão sexual do trabalho definia especificamente a posição de cuidadoras para as esposas e de provedores para os maridos.

Esse modelo familiar, alinhado ao discurso médico e normativo proferido pelas irmãs, articulam-se na construção de uma mulher, especificamente na construção da mulher-esposa, a qual precisa cumprir com as atividades de cuidado que se espera que cumpra. Essa construção se dá por diversos meios e utiliza de múltiplos dispositivos, porém, no estudo aqui desenvolvido, é importante atentar para a significância do processo pedagógico desenvolvido pelas visitadoras ao educar e formar esposas e mães, como apontado pela própria instituição no relatório de 1974: “a realidade nos tem mostrado, através dos tempos, que, para haver paz social e prosperidade verdadeira entre os operários, não só o trabalhador, em si, deve ser educado e assistido, senão também toda a sua família.”⁶⁹

A assistência ofertada pela SATC visava construir um processo educativo do trabalhador e de sua família, utilizando-se da posição feminina no lar para dar continuidade a formação ofertada pelas visitadoras. No que se refere as pedagogias missionárias, Rabelo⁷⁰ ressalta que o objetivo era de reeducar e redefinir a família, de modo a adequar as diferentes culturas e formas de funcionamento familiar, àquilo que a instituição julgava adequado. Para tanto, a assistência às esposas dos operários era ofertada por meio das visitas domiciliares e das reuniões organizadas pelas freiras. Dessa forma, as irmãs desenvolviam uma formação pedagógica que se caracteriza por instrumentalizar as esposas para a organização da vida doméstica de acordo com os padrões definidos. Logo, por meio da formação feminina, formava-se também o trabalhador, que era alimentado, cuidado e construído para o rendimento no trabalho.

Era de responsabilidade feminina a atenção aos mínimos detalhes da vida diária dos membros que compunham a família, seu estado de saúde, alimentação e comportamento de modo geral, o que estabelece um certo cenário de vigilância da vida. Essa responsabilidade, porém, não é parte integrante de

69 SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1974. Criciúma, 1974, p. 43.

70 ALVES, Ismael Gonçalves; RABELO, Giani. Álbum/Relatório das Atividades das... Op. Cit.

uma natureza ou essência feminina, mas é aprendida por meio de uma série de atividades de cunho educacional e formativo. As irmãs visitadoras contribuíram para um processo de produção de sujeitos adequados às demandas do mundo do trabalho do complexo carbonífero no período em que atuaram. Grande parcela do trabalho desenvolvido se pautou na instrumentalização de mulheres – mães e esposas – para que atuassem de acordo com o que era esperado em um movimento pedagógico, político e religioso, simultaneamente. Alves e Rabelo⁷¹ aponta que o processo de reeducar as famílias implicou na articulação de práticas discursivas e não discursivas, o que pode ser percebido pelos dados e relatos constantes nos relatórios apresentados aos seus mantenedores, destacando aqui as atividades desenvolvidas nas visitas domiciliares, por meio da orientação de casais, verificações de condições de moradia e higiene, correção de comportamentos e hábitos femininos, na medida em que as mulheres eram vistas como descuidadas diante das responsabilidades domésticas e familiares.

Cabe aqui explicar que os relatórios analisados se encerram em 1985, pois, em 1982, o Serviço de Assistência Social da SATC passou por uma grande reestruturação, o que ocasionou o rompimento do convênio entre a entidade e a congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. A partir desse momento, o serviço ficou organizado em dois setores, sendo eles o Serviço de Nutrição e Dietética e o Serviço Médico-Odontológico, ambos prestando atendimento restrito aos alunos, professores e funcionários da SATC.

Considerações finais

No estudo desenvolvido evidenciou-se a relação existente entre a constituição de subjetividades femininas por meio das atividades assistenciais desenvolvidas pela SATC, destacando especialmente as visitas domiciliares realizadas pelas Irmãs Visitadoras Sociais no contexto do complexo carbonífero catarinense, entre os anos de 1960 e meados da década de 1980. A SATC atuou na região carbonífera como uma instituição assistencial dedicada a atender os trabalhadores e suas famílias, na tentativa de amenizar os problemas que assolavam a região e as vilas operárias, em específico.

Por meio da análise de 24 relatórios apresentados para a diretoria executiva da SATC e dos pressupostos teóricos da análise temática, foram construídas

71 RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão... Op. Cit.

duas categorias centrais de estudo, uma que se refere as visitas no âmbito do Serviço de Puericultura e outra acerca das visitas no contexto do Serviço de Assistência Social. As visitas que se referem a puericultura possuíam foco específico no cuidado da mãe durante a gestação e, após o parto, no fichamento e cuidado do recém-nascido, com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e, de certa forma, construir mães capazes de garantir a sobrevivência dos filhos. Já aquelas ocorridas no escopo da assistência social objetivavam o cuidado e controle das condições do lar e da vida familiar, para além do foco central na criança.

Cabe destacar que tanto o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Puericultura quanto aquele prestado no Serviço de Assistência Social, são focos que se aproximam e distanciam com frequência, já que um serviço diz de um cuidado focado na criança e na construção da mulher-mãe, e o outro dirige sua atenção a mulher-esposa, reforçando sua posição na dinâmica familiar como a pessoa responsável pela construção de um lar. Porém, a mulher-mãe atendida pelo Serviço de Puericultura perpassa a categoria de mulher-esposa, é educada pelo Serviço de Assistência Social, ou seja, as categorias são distintas, mas, paradoxalmente, não são.

Percebeu-se que as visitas domiciliares realizadas pelas Irmãs Visitadoras atuaram como dispositivos capazes de agir na constituição da subjetividade de mulheres, reproduzindo normas de gênero que produziram mulheres-mães e mulheres-esposas. A maternidade foi instrumentalizada e transformada em um destino natural da mulher, delegando a elas a responsabilidade pela sobrevivência do bebê. Após a gestação e parto, as visitas se voltam a inculcar nas mulheres a responsabilidade pelo cuidado e manejo do lar, atribuindo a elas a existência na esfera privada da vida, ocupando-se de trabalho reprodutivo, enquanto aos seus maridos era definido o espaço público, desenvolvendo trabalho produtivo.

Referências bibliográficas e fontes

ALVES, Ismael Gonçalves. (Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região carbonífera catarinense (1920- 1960). 2014. 294 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35264>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ALVES, Ismael Gonçalves. Famílias operárias mineiras e relações de gênero: a construção do feminino através de cursos populares na região carbonífera catarinense (1950-1960). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 21-43, 2010. DOI: 10.5965/2175180302022010021. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2061>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ALVES, Ismael Gonçalves; RABELO, Giani. Álbum/Relatório das Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência: registros da assistência médico-social na Região Carbonífera Catarinense, 1955-1957. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.29, n.4, out.-dez. 2022, p.1063-1084. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/KszZgzS3ff5sF8CV5qJJNsD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BALDESSAR, Julia Sabino; ALVES, Ismael Gonçalves; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Rompendo com o ciclo da ignorância?: a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão e o amparo à maternidade e à infância pobre na região carbonífera catarinense. *Estudios Históricos (Rivera)*, v. 28, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/28/ch2815.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101, 2006. ISSN 1478-0887. Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. 2^a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fabio Farias de. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 251-267, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19214>. Acesso em: 21 abr. 2020.

GOULARTI FILHO, Alcides; RABELO, Giani. "Compaixão pela messe": Filhas do Divino Zelo e as pedagogias missionárias em ação na vila operária mineração de Içara (SC-Brasil) 1959 a 1968. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 20, n. 3, p. 237-268, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19546>. Acesso em: 28 jul. 2020

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, São Paulo, v. 7, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (org.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 263-278.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Caderno de Pesquisa, Maranhão, v. 37, n. 102, p.595-609, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-72.

LEAL, Roberta Adamoli Santin; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ALVES, Ismael Gonçalves. Produção discursiva de gênero em cursos populares mediados pela SATC (1960-1980): disciplina e controle dos corpos das mulheres. Revista Aedos, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 323-354, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/112533>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zN9KHmxCgGdvSQB9gSdzSHw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MARTINS, Ana Paula Vosne. História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/28-snh23>. Acesso em: 20 jul. 2021

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a03v19n3.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2021.

RABELO, Giani. Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século. 2007. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12864>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: [22 jul. 2021](#).

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (ed.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos de produzir as mães: notas sobre a normatização da maternidade. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 103-112, 2014. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/3984>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Manuais, Encartes e Relatórios

SATC. Estatutos da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão. Criciúma, 1959.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1961. Criciúma, 1962.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1965. Criciúma, 1966.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1966. Criciúma, 1967.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1968. Criciúma, 1968.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1969. Criciúma, 1969.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1971. Criciúma, 1971.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1973. Criciúma, 1973.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1974. Criciúma, 1974.

SATC. Relatório apresentado pela diretoria referente ao exercício de 1981. Criciúma, 1981.

Publicações oficiais

BOA NOVA JUNIOR. Francisco de Paula. Problemas médico-sanitários da indústria carvoeira. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953.

Recebido em 17 de maio de 2024
Aprovado em 28 de novembro de 2024